



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017.

(Da Sra. Erika Kokay, Sr. Patrus Ananias, Sr. João Daniel)

Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para que as Entidades, acadêmicos e governo discutam a proposta de um novo modelo para o setor energético do País.

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, seja realizada Audiência Pública com representantes de entidades envolvidas com o tema, instituições de assessoramento, academia e governo para que exponham suas posições acerca de um novo modelo para o setor energético, aprofundando o debate sobre os riscos da proposta elaborada pelo governo, com relação à soberania energética; ao aumento da tarifa de energia e ao papel do setor elétrico estatal para o desenvolvimento regional e nacional e sobre os impactos ambientais das propostas. Para tal, para compor a mesa, sugerimos as entidades relacionadas abaixo, entre outras:

- Representante: Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/Confederação Nacional dos Urbanitários – CNU
- Representante: Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros - FISENGE (Gunter Angelkorte)
- Representante: escritório jurídico em defesa dos direitos de consumidores
- DIEESE

JUSTIFICAÇÃO

O Setor Energético Brasileiro (SEB) é essencial para uma digna qualidade de vida. Assim, amplos segmentos defendem uma forte presença do estado nesse setor, condição necessária para que o agente público tenha capacidade de continuar a realizar os investimentos necessários para que o Brasil prossiga na universalização dos serviços.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo o DIEESE, “O setor elétrico vem enfrentado mudanças importantes desde a edição da Lei 12.783/2013, que definiu as regras para a renovação de um conjunto de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.” O recente anúncio do atual governo federal, da adoção de uma política de privatizações no setor com a venda de ativos da Eletrobrás e a possível venda de distribuidoras estaduais, deverá marcar o início de uma fase que poderá trazer grandes prejuízos para a população e para o país.

Nesse momento, Senhor Presidente, a atuação de amplos setores da sociedade concentra-se na luta contra privatização do SEB, considerando que prejudicará a população com aumento ainda maior de tarifas para os consumidores; colocará em risco o fornecimento de energia para os municípios do interior, já que uma empresa privada visará exclusivamente o lucro e não terá obrigações sociais com a população mais pobre; aumentará o desemprego; sem contar a questão da soberania nacional, já que permitiria a livre entrada do capital estrangeiro.

Além disso, ainda segundo o DIEESE, com o veto presidencial na Lei 13.360/2016 da emenda que garantia parte dos empregos das empresas que deverão ser privatizadas, nenhuma referência é feita aos trabalhadores e trabalhadoras das empresas que serão vendidas ou das concessões que serão leiloadas. Isto é, são milhares de pessoas que poderão perder os seus empregos num futuro próximo.

A energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. No Brasil, país de dimensões continentais, os desafios são imensos e cada vez mais o setor tem um papel estratégico para o crescimento da economia. A energia elétrica brasileira tem sua geração composta majoritariamente por fontes hidroelétricas renováveis e o setor está dentre os mais modernos e robustos do mundo.

Atualmente a responsabilidade pela gestão e manutenção do sistema está sob a responsabilidades dos mais de 230 mil trabalhadores e trabalhadoras. Na década de 1990, a privatização e a falta de investimentos levaram o setor a viver momentos muito difíceis, fazendo com que ainda hoje sofra com a crescente precarização das condições de trabalho que ocorre sobretudo com a terceirização indiscriminada, que já corresponde a mais de 55% do total de trabalhadores.

Um novo modelo para o setor energético pressupõe, entre outros, uma grande participação estatal para o seu contínuo desenvolvimento; o combate à precarização do trabalho e terceirização indiscriminada; a expansão e democratização do acesso ao sistema elétrico, com tarifas justas para todos; garantia de emprego e remuneração e benefícios dignos e condizentes com a responsabilidade que os trabalhadores e as trabalhadoras do setor têm para como nosso país.

Assim, Senhor Presidente, é de extrema importância que esta Comissão dialogue com as instituições esse novo modelo energético brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante do exposto, solicitamos a aprovação da presente Audiência Pública.

Sala das Comissões, de junho de 2017.

ERIKA KOKAY

PT/DF

PATRUS ANANIAS

PT/MG

JOÃO DANIEL

PT/SE